



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 511 /2019/GME-ME

Brasília, 30 de setembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,



Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 721/19, de 04.09.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1069/2019, de autoria do Senhor Deputado CELSO SABINO, que solicita “a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Projeto de Lei nº 3.129, de 2019”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, Ofício nº 1.476/2019- RFB/Gabinete, de 23 de setembro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,


PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 03/10/2019	às 18h30
 Servidor	5.876 Ponto
 Portador	



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Ofício nº 1.476/2019 – RFB/Gabinete

Brasília, 23 de setembro de 2019.

Ao Senhor

Roberto Gondim Eickhoff

Gerente de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares

Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar

70048-900 - Brasília/DF

Assunto: Análise do Requerimento de Informação nº 1.069, de 2019, que requer a estimativa do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Projeto de Lei nº 3.129 de 2019. Referência: 12100.104036/2019-31.

Senhor Gerente de Projetos,

Encaminho, anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Coest nº 155, de 20 de setembro de 2019, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que analisou o requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil - Substituto



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

- Documento juntado por LILIAN ROSE VASQUES ANDRADE em 23/09/2019 15:30:00.
- Documento autenticado digitalmente por LILIAN ROSE VASQUES ANDRADE em 23/09/2019.
- Documento assinado digitalmente por: JOSE DE ASSIS FERRAZ NETO em 23/09/2019.
- Esta cópia / impressão foi realizada por LILIAN ROSE VASQUES ANDRADE em 23/09/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP23.0919.18007.RELE

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
309513A3B1565E759B8F0822BDCEFF063E5E3149EB1B564B25B1382AF2CA7EE2

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

Nota CETAD/COEST nº 155, de 20 de setembro de 2019.**Interessado:** Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil**Assunto:** RI 1069/2019 - Deputado Celso Sabino - Projeto de Lei nº 3.129/2019, que trata de alterações na legislação do imposto de renda.**E-Dossiê nº 13355.720899/2019-21**

Esta Nota Técnica tem por objetivo responder ao Requerimento de Informação nº 1.069/2019, de autoria do Deputado Celso Sabino. O Requerimento aprovado pela Mesa da Câmara dos Deputados foi encaminhado ao Senhor Secretário Especial da Receita Federal do Brasil via Despacho da Gerência de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Economia, no âmbito do processo nº 12100.104036/2019-31 em 09/09/2019.

2. O supracitado Requerimento solicita a *“estimativa de impacto orçamentário e financeiro nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, acompanhada da memória e das premissas e metodologia de cálculo utilizadas (conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias), do Projeto de Lei nº 3.129, de 2019”*.

3. O Projeto de Lei nº 3.129/2019, versa sobre um conjunto de medidas que alteram a legislação do imposto de renda, em especial, altera a tabela progressiva do imposto de renda das pessoas físicas, corrige limites de deduções, transforma os dividendos em rendimentos tributáveis sujeitos a tabela progressiva, elimina a dedução dos juros sobre capital próprio da base de cálculo do IRPJ e CSLL e reduz as alíquotas do IRPJ.

4. Em atendimento à solicitação contida no Requerimento de Informação, seguem as estimativas de impacto das medidas propostas:

10% quando do adicional de 10% para 8%. Este método consistiu em simular o imposto de renda devido com base nas alíquotas atuais vigentes e comparar com o imposto devido com base nas alíquotas reduzidas propostas, contribuente a contribuinte. O somatório da diferença entre o imposto devido proposto e o atual é o impacto da medida.

10. O imposto devido proposto foi simulado a partir da aplicação das novas alíquotas propostas na base de cálculo do IRPJ, individualizada de cada contribuinte, atentando para o correto tratamento nos períodos em que houve o registro de base de cálculo negativa.

Tributação dos Dividendos e JCP

11. A metodologia de cálculo empregada para estimar o impacto da tributação dos dividendos e JCP utilizou a base de dados formada pelas informações declaradas pelas empresas do ano calendário 2016 e dados de arrecadação do imposto de renda dos códigos referentes à retenção na fonte do JCP.

12. Foi adotado como premissa que a tributação dos dividendos provocará alteração no comportamento dos contribuintes, no sentido de reduzir o volume atualmente distribuído. Para refletir essa mudança de comportamento, foram adotadas hipóteses de redução de distribuição de dividendos de acordo com o tamanho da empresa pagadora. Empresas pequenas reduzirão muito a distribuição, enquanto empresas grandes continuarão distribuindo quase o mesmo montante.

13. Considerou-se que a tributação da distribuição de dividendos entre pessoas jurídicas seria neutra do ponto de vista da arrecadação, e que a carga tributária final desses recursos seria equivalente a tributação proposta para a pessoa física.

14. Também foi considerado que, com a eliminação da dedutibilidade do JCP esse volume de recursos passará a ser distribuído como dividendo.

15. A estimativa de impacto da medida partiu de uma base de informações sobre o volume de dividendos e JCP pagos a pessoas físicas no país e no exterior, reduzida pelas considerações de alteração de comportamento dos contribuintes. A essa base aplicou-se a alíquota de 20% para estimar o ganho de arrecadação (método de simulação agregada), e considerando que esta alíquota seria equivalente à alíquota média efetiva do grupo de contribuintes que recebeu esses recursos, chegou-se ao resultado final.

16. A este impacto, somou-se a estimativa de ganho de arrecadação proveniente do aumento da base de cálculo do IRPJ/CSLL com o fim da dedutibilidade do JCP. Esta estimativa também foi realizada pelo método de simulação agregada, onde, sobre o volume de JCP pago para pessoas

físicas no país e pagos para o exterior, aplicou-se o diferencial de alíquotas (IRPJ/CSLL 34% - IR retido na fonte 15% = diferencial 19%) para se chegar à estimativa de ganho de arrecadação.

Projeções dos Impactos para 2019 a 2024

17. As estimativas de impacto na arrecadação descritas acima foram projetadas para os anos de 2019 a 2024 utilizando-se o método dos indicadores, que consiste em aplicar índices referentes ao efeito preço e efeito quantidade sobre as estimativas do ano base.

18. Estes índices são formados a partir da grade de parâmetros macroeconômicos oficial produzida pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, e refletem a expectativa oficial para o comportamento da economia, bem como para a arrecadação dos tributos federais.

São estas as considerações submetidas a apreciação superior.

Assinatura digital

FILIPPE NOGUEIRA DA GAMA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Gerente de Estudos

Assinatura digital

IRAILSON CALADO SANTANA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Gerente de Estudos

Aprovo o conteúdo da Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Cetad.

Assinatura digital

ROBERTO NAME RIBEIRO

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do Cetad



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por IRAILSON CALADO SANTANA em 20/09/2019 16:52:00.

Documento autenticado digitalmente por IRAILSON CALADO SANTANA em 20/09/2019.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 20/09/2019, ROBERTO NAME RIBEIRO em 20/09/2019, FILIPE NOGUEIRA DA GAMA em 20/09/2019 e IRAILSON CALADO SANTANA em 20/09/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por LILIAN ROSE VASQUES ANDRADE em 23/09/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP23.0919.18019.SQKS

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

456CA5D6F434DA88C157556050F26168BDEA579091C2BBCE1F04145F8F34472F